

TEC - CÂMARA DE ARQUITETURA E ENGENHARIAS (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: HEBERT MEDEIROS GONTIJO

TÍTULO: SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL DE AMADEU LACERDA EM DIVINÓPOLIS/MG

AUTORES: HEBERT MEDEIROS GONTIJO, HEBERT MEDEIROS GONTIJO

PALAVRA CHAVE: COMUNIDADE RURAL, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SUSTENTABILIDADE

RESUMO

A universalização dos serviços de saneamento básico tem sido a meta principal deste setor, de responsabilidade do poder público municipal. Porém, os municípios podem terceirizar os serviços de saneamento em sua totalidade ou em parte, dependendo do objeto de contrato de concessão. Situação esta, que tem proporcionado a possibilidade de privilegiar o atendimento aos perímetros urbanos em relação às localidades rurais, quando estes contratos abrangem somente a zona urbana do território municipal.

O município de Divinópolis/MG, assim como grande parte dos municípios, possui os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários terceirizados à concessionária local. O objeto deste contrato abrange somente a zona urbana deste município, não contemplando as comunidades rurais.

A comunidade rural de Amadeu Lacerda, umas das localidades rurais pertencentes ao município de Divinópolis, não possui satisfatoriamente os serviços de abastecimento de água nem de esgotamento sanitário, o que tem provocado impactos ambientais e sociais, pela ausência de saneamento. A partir desse quadro, buscou-se neste estudo analisar a comunidade sob a ótica da sustentabilidade econômica, a fim de avaliar os investimentos para implantação e operação de um sistema apropriado, visando à organização de um modelo eficiente; e enquadrado dentro da perspectiva de um desenvolvimento sustentável para o setor. A implantação dessas ações poderá contribuir significativamente para a melhoria das condições de saúde da população que reside nesta comunidade, assim como na minimização dos impactos ambientais causados pela falta de saneamento.

As recentes experiências internacionais e nacionais de gestão privada na área de saneamento, por meio de concessões por tempo determinado, vêm sendo sistematicamente analisadas e criticadas por uma série de autores, principalmente de outros países, que verificam falhas e incoerências nesse modelo; e com o auxílio de evidências empíricas vêm desconstruindo seus discursos e rebatendo argumentos favoráveis à sua adoção. Há, porém um conjunto de outros especialistas que acentuam suas vantagens e benefícios, o que torna, evidentemente, um tema controverso (OLIVEIRA; HELLER, 2011).

A questão maior do saneamento ainda é relativa ao princípio da universalização. O saneamento básico é um serviço ambiental, social e de saúde; no entanto, aparece como atividade com pouco ou nenhum retorno financeiro (MILARÉ, 2013). A universalização dos serviços de saneamento demanda o atendimento às necessidades de uma grande parcela da população cuja renda é insuficiente para cobrir os custos operacionais de tais serviços (ANJOS JÚNIOR, 2011).

Atualmente há um grande descalço e conflitos entre a busca do lucro e a universalização do saneamento, principalmente nas localidades de pequeno porte, nas quais o serviço de saneamento é prestado graças ao "subsídio cruzado". Nestas comunidades, todas as despesas de expansão, manutenção e operação do sistema de água e esgoto superam, em muito, as tarifas arrecadadas localmente (MILARÉ, 2013).

Neste estudo foram pesquisadas as características do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na comunidade rural de Amadeu Lacerda. No sistema de abastecimento de água foram pesquisadas as condições de qualidade dos equipamentos e verificada a necessidade da substituição do reservatório. Já no sistema de esgotamento sanitário, inexistente, foi considerada a implantação de todos os equipamentos. Com base nesta demanda de implantação foi determinado o custo de investimento inicial; e para a composição do custo mensal de manutenção e operação deste sistema, foram considerados o consumo de energia elétrica das elevatórias e a utilização de um operador. Também foi determinada a capacidade de arrecadação mensal por tarifas residenciais, em contrapartida aos custos de manutenção e operação. Para análise da sustentabilidade econômica foram estudados o impacto ambiental e a aplicação de multa, causados pela inexistência de um sistema de esgotamento sanitário; e o impacto social causado pela qualidade da água de abastecimento, em relação às doenças por veiculação hídrica e seu respectivo custo de investimentos em medicamentos. Foi verificado que o custo de investimento para a implantação do sistema na comunidade é de R\$306.108,33, mais elevado que os gastos em multas ambientais e medicamentos para saúde que é de R\$30.095,31. E que o custo de manutenção e operação do sistema em contrapartida com a capacidade de arrecadação por tarifa na comunidade é compatível, gerando anualmente um lucro de R\$7.214,14. Valor este que torna inviável, financeiramente, para as empresas de saneamento assumirem estes serviços e terem o retorno de investimento esperado. Com base nesta análise de sustentabilidade, foi diagnosticado o fator principal, que leva a comunidade rural de Amadeu Lacerda a ainda não possuir o sistema de água e esgoto de maneira adequada.